

O PAPEL DO MUNICÍPIO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A PREVENÇÃO E A ERRADICAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A Superintendência de Políticas Públicas para Mulheres (SPPM) do Município de Contagem é o órgão responsável pela realização de ações voltadas a dos direitos das mulheres por meio da consolidação de políticas públicas. Essas ações visam a construção de uma sociedade justa e equânime tanto para mulheres, quanto para homens, crianças, adolescentes e idosos. No município de Contagem, o Espaço Bem-me-querô representa o objetivo central das ações realizadas pela SPPM, focando no enfrentamento à violência doméstica, acolhendo, orientando e encaminhando mulheres em situação de violência para a ampla rede de proteção ofertada pelo Município.

Gê Nogueira tem formação em Psicologia e em Direito, é Pós-graduada em Psicanálise, Psicopedagogia e Gestão Pública, e Doutoranda em Ciências Jurídicas. Atualmente, é superintendente de Políticas Públicas para Mulheres, integrada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania do município de Contagem, é titular do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e coordenadora do Espaço Bem-Me-Quero

A presente entrevista foi concedida às alunas Fernanda Rúbia Batista e Natália Melgaço, ambas do Curso de Medicina, da PUC Minas Betim, no dia 04 de dezembro de 2019, no Espaço Bem-Me-Quero, Contagem.



1- Fale sobre as ações da superintendência e do Espaço Bem-me-querô.

A Superintendência de Política Pública para mulheres pertence à pasta de Direitos Humanos do município de Contagem e trabalha com as questões de violação de direitos das mulheres. Assim abrange todos os assuntos relacionados às mulheres do município, e faz parte da minha pasta o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.

O espaço Bem-me-querô é o centro de acolhimento à mulher em situação de violência doméstica de Contagem. Esse espaço existe há mais de dez anos, e estou na coordenação desde 2017. Desde que chegamos, nós começamos a ter um olhar diferenciado. Eu havia trabalhado há 30 anos no fórum da cidade, e quando eu cheguei no espaço Bem-me-querô, me perguntei “bom, como nós podemos fazer pra diminuir a violência? Trabalhar a violência e trabalhar a prevenção à violência?” Esse tema é muito delicado e profundo, porque trata-se de uma cidade com mais de 800 mil habitantes que ocupa o terceiro lugar em número de feminicídios.

2- Como é a relação da SPPM com a Lei Maria da Penha?

A primeira ação que fiz ao coordenar o Espaço Bem-me-querô e a Superintendência foi me debruçar sobre a Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha. Meu objetivo foi entender o que poderia ser feito fortalecer a lei de forma efetiva, pois ela não funciona sozinha. O que a faz funcionar é o fortalecimento e a articulação dos vários setores que integram a estrutura administrativa do município. A partir da minha experiência no Judiciário, juntamente com minha formação em Psicologia, pude contribuir para esse fortalecimento de uma forma ampla e multiprofissional. A Lei Maria da Penha tipifica as formas de violência, e uma delas é a psicológica, sendo que normalmente, a violência começa por esta.

Assim trabalhamos nos vieses da violência que a lei Maria da Penha traz. Esta lei é diferenciada pois é procedimental, ou seja, mostra o procedimento de atuação, abordando os procedimentos pra atender a mulher, e analisa quais são os tipos de violência. Os artigos sétimo, oitavo e o décimo da lei estabelecem que temos que atuar de modo articulado na cidade, com o Ministério Público, com o Judiciário e com todas as instituições. Hoje, nós somos referência na região metropolitana de Belo Horizonte com o trabalho que fazemos.

3- Quais ações e estratégias são usadas para a redução dos casos de violência doméstica?

O atual prefeito, Alex de Freitas, criou o decreto 036/17 em Contagem, instituindo uma rede que integra a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Defesa Social, a Secretaria de Desenvolvimento Social, CRAS, CREAS, FUMARC, a OAB, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Guarda Municipal e a Defensoria Pública. Nós conseguimos articular muito bem essa rede, com a realização de reuniões mensais para discutir os casos, agenda do mês, a discussão das ações e articulações, além da identificação da competência de cada um.

Nós promovemos a capacitação da Defesa Social com cerca de 20 policiais que vão atender os casos de violência doméstica. Somente no dia anterior à entrevista, eles receberam 3 chamados.

No presente ano, foi criada a Patrulha de Proteção à Mulher que tem o objetivo de atender a mulher em situação de violência. Além da patrulha temos uma delegacia de atendimento especializado à mulher. Minas Gerais tem mais de 800 municípios, e somente cerca de 90 possuem delegacias especializadas. A Lei Maria da Penha fala sobre o cuidado que as equipes devem ter ao receber e cuidar dessas mulheres.

4- Quais mudanças ocorreram no município com a instalação da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em 2019?

Essa foi uma grande conquista para o município. Com a criação da Vara, há uma juíza que tem um olhar diferenciado para a causa, e vai receber os processos dessas violências. Nós temos a doutora Marina Goulart e a promotora doutora Débora que têm esse olhar diferenciado. A vara vai processar e julgar medidas preventivas e questões correlatas à Lei Maria da Penha. Isso é muito importante porque antes de ter a vara especializada, outro juízo acumulava esses casos, então esses casos não eram priorizados.

5- Fale sobre a implantação da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica (PPVD) em Contagem.

Contagem possui dois batalhões de polícia, o 39º e o 18º, e eles têm uma patrulha que acompanha os casos de violência doméstica, agora integrada à Vara Especializada. Dois policiais, um homem e uma mulher, visitam as residências das mulheres agredidas e observam se está tudo bem com ela. Isso ocorre principalmente quando a mulher vive

com o agressor. Essa ação, além de promover segurança à mulher, inibe possíveis reincidências de violências. Os policiais militares que fazem essa patrulha foram capacitados para lidar com a Lei Maria da Penha.

6- Existe algum programa focado para os homens agressores no município?

Sim, o programa chamado CEAPA faz parte da Segurança Pública do estado. O programa trabalha com os homens agressores e na prevenção de agressões recorrentes – pois o homem que é encaminhado ao programa já recebeu uma sentença judicial, e o Judiciário o encaminha para o CEAPA. Esses homens devem frequentar reuniões a fim de compreender a violência, pois a maioria dos agressores chegam nas reuniões dizendo: “mas eu não fiz nada não! Ela é minha mulher!” ou “só estava a corrigindo, ela é minha namorada!”, esse comportamento é algo cultural e deve ser trabalhado.

7- Com relação a medidas que não sejam penais para o homem, vocês têm dados sobre os impactos? Ações realizadas no CEAPA contribuem para a redução?

Os números ainda são tímidos, mas existem relatos que apontam para uma mudança de paradigma. Temos relatos de homens que agradecem “por ter participado durante 5 anos dessas palestras, pois eu achava que era normal, via meu pai, meu avô ou meu tio fazer, mas agora entendi que não é natural”. Esses relatos existem tanto com homens que estão com a mesma mulher, quanto com homens que perderam as companheiras devido aos atos violentos.

Inclusive é necessário vigiar a própria violência, pois o homem veio com esse comportamento. Desta forma, vemos que a participação é como uma redenção para eles. Nós pensamos em um ciclo de violência que normalmente é repetido, pois o que uma criança aprende ainda se arrasta ao longo de sua vida. Mesmo os números sendo pequenos, existem homens que já dizem que repensaram e mudaram suas atitudes. Nós trabalhamos com eles para que eles continuem com essa visão e sejam nossos multiplicadores da informação.

8- Fale sobre outras alternativas de combate à violência doméstica que não abordam a questão penal.

A Secretaria de Educação também faz parte da rede. Passamos o ano inteiro articulados com a Superintendente da Educação, trabalhando os módulos que serão dados aos alunos sobre a violência doméstica. Somos uma equipe reduzida, mas tentamos ir às escolas o ano inteiro para discutir sobre a lei Maria da Penha e explicar sobre a violência. Para vocês terem uma ideia, este ano nós demos palestras nas escolas e nos restaurantes populares da cidade. Só no restaurante popular atingimos de 3 a 4 mil pessoas por dia.

As empresas privadas nos procuram também para darmos palestras aos trabalhadores, porque a violência contra a mulher não é somente doméstica. Por trabalhar a pauta da mulher, eu discuto também sobre o assédio sexual nas empresas.

9- Contagem já possui Cadeia de Custódia ou o exame de corpo de delito é feito em Belo Horizonte?

Trazer a Cadeia de Custódia para Contagem é uma luta minha desde 2017. O Hospital Municipal de Contagem e a Delegacia Especializada recebem os casos de violência sexual, e encaminham a mulher para Belo Horizonte (Instituto Médico Legal Gameleira) para a coleta de material. Há muitos problemas neste processo, pois a mulher em situação de violência está muito fragilizada: ela teve que contar para o policial na Delegacia, depois, para o médico no Hospital, e, ainda, tem que ir a Belo Horizonte, no Instituto Médico Legal, para fazer a coleta. É tão cansativo e degradante para a mulher que ela não vai ao Instituto. Assim temos buscado trazer a cadeia de custódia para o Hospital Municipal. Ainda não foi implementado, mas estamos aguardando os trâmites para finalmente estabelecer o instituto aqui.

10- Sobre a obrigatoriedade de notificação compulsória de violência pelo profissional de saúde, qual a sua percepção? Você acha que isso inibe a mulher ir ao hospital e fazer um tratamento por medo do marido ser notificado?

Sim. É difícil para a mulher falar sobre a violência, pois está traumatizada. Muitas vezes ela não vai dizer ao profissional porque não está pronta pra sair do ciclo da violência, e não quer relatar o agressor. Pode ocorrer devido à vergonha de relatar o fato,

a vergonha do resultado, ou das possíveis punições do agressor. Isso também ocorre no Espaço Bem-me-querô. A Lei Maria da Penha preserva a autonomia da mulher e esse é um marco diferencial: a mulher tem o direito de escolher quando denunciar e nós temos que respeitar. Então nós não temos essa obrigatoriedade, entendemos que são alçadas diferentes e que as coisas acontecem de formas diferentes. É uma situação muito delicada, na qual cada caso é um caso. A saúde passa por essa questão, porque a pauta da saúde rege em trabalhar com a não convivência com a agressão e precisa ser registrada.

11- Alguns profissionais de saúde desconhecem a notificação compulsória em casos de violência doméstica, e acabam banalizando a violência. Nota-se muitas vezes a questão do despreparo na saúde. O que você pensa sobre isso?

Contagem tinha Cadeia de Custódia e em algum momento fechou. Na época, eu fui sondar o porquê não estava funcionando adequadamente, e me disseram que muitos médicos não gostavam de fazer o relatório compulsório porque temiam o agressor, a represália ou porque não era uma ação comum. Recebemos mulheres em situação de violência que moram em aglomerados que passam dentro da região do tráfico, e nessas regiões possuem médicos que trabalham com essa comunidade nas UBS's. Essa relação mais íntima entre o médico e o paciente pode coibir a notificação de violência nessas regiões.

12- Existem abrigos que recebem essas mulheres?

Sim. Na região metropolitana nós fazemos parte de um consórcio chamado Mulheres da Gerais, que mantém um abrigo sigiloso. Não é o consórcio que o mantém, ele gesta, quem mantém o abrigo são os municípios que fazem parte do consórcio: Betim, Contagem e Belo Horizonte. Esse abrigo, hoje, tem espaço pra manter 17 mulheres com seus filhos menores de idade, como está na lei. Esse abrigo é uma casa que tem espaço pra um quarto individual pra cada uma delas, com seus filhos, uma cozinha comunitária e uma lavanderia comunitária. Possui uma equipe multiprofissional para atender a mulher e seu filhos, psicóloga, advogados, médicos. A mulher pode ficar no abrigo um tempo curto, médio ou a longo prazo, até que esta possa construir uma saída da violência. Fazemos uma triagem rigorosa pra enviar a mulher para o abrigo, porque apesar de ser somente um abrigo, é uma espécie de confinamento, onde a mulher vai ter que ficar presa

lá para que não seja atacada ou até morta, pois recebemos mulheres com risco iminente de morte.

Aqui na nossa cidade, nós temos um abrigo que o foco não é a mulher que está passando por violência doméstica, são para mulheres que estão em situações de rua, que é o abrigo Bela Vista. Quando existem casos de mulheres que não podem voltar para casa, pois está em perigo de morte, por pouco tempo, nós conseguimos abrigá-las nesse lugar. Então pode-se perceber que há várias articulações ocorrendo para resolver todos os tipos de problemas, essa rede existe em poucas cidades de Minas Gerais.

13- Você percebeu que houve avanços? Estão ocorrendo mudanças culturais?

Sim, Contagem estava em segundo lugar no ranking de Violência contra mulher em 2017 e nós conseguimos reduzir esse quadro para o terceiro lugar. Quando a rede é fortalecida, é esse o resultado que temos. Seria como se pegássemos a mulher e a cobríssimos com essa rede. Em Contagem, tivemos cinco casos de feminicídio neste ano. Até onde fui informada, nenhum desses casos passaram pela rede (nem pela delegacia).

Então essas mulheres não conhecem a rede ou não nos procuraram. No Brasil, na maioria dos casos de feminicídio, as mulheres não possuem medidas protetivas. A promotora de Contagem deu um curso de Capacitação para os policiais, e perguntou nesse curso se eles achavam que as medidas protetivas funcionavam. A maioria dos policiais respondeu que não, então ela pediu para que levantassem o dedo aqueles que conhecem uma mulher que morreu e estava dentro da nossa Rede, e ninguém se manifestou.

Se a mulher tiver inserida na Rede, a chance de ela ser morta é mínima. Nós não estamos felizes com esses números, mas os números mostram que nossas ações funcionam! O segredo para fazer a rede funcionar é: o fortalecimento das leis e das relações entre as entidades. De novo, não podemos trabalhar sozinhos.

14- A última questão, as pessoas conhecem pouco o comitê, o espaço Bem-me-queru e as leis que as regem. Há formas de ampliar esse conhecimento?

Sempre estamos trabalhando para isso. Nos possuímos um perfil no Facebook chamado **Maria da Penha Contagem**, e publicamos todas nossas atividades nesse canal.

O Espaço Bem-me-querô tem cerca 13 anos, não sei informar sobre as antigas gestões, mas é comum chegarmos dentro de qualquer lugar do município e alguém nos dizer que não conhecia essa rede. Por isso divulgamos em diferentes mídias, desde rádio até o Instagram. Tudo que fazemos, pedimos para ser publicado no portal da Prefeitura, pois tem muitas pessoas que acessam e replicam o que é postado lá.

Semana passada, fizemos a capacitação o do fórum de Contagem com cerca de 40 funcionários, como Seguranças, Porteiro, Limpeza, etc., para que conheçam nossas ações e possam replicá-las. Nós distribuimos cartilhas para mostrar as pessoas seus direitos e como devem agir em casos de violência. Na cartilha, desenvolvemos um fluxo de atendimento para mulheres que sofreram violência: por exemplo, o caso está na Segurança Pública, para onde devemos encaminhá-la? Essa cartilha orienta essas ações. Se não fizermos isso, tudo que conquistamos fica apenas para nós, não gera frutos.

Como vamos virar um polvo cheio de tentáculos? É dizendo para todos o que fazemos, para todos. Hoje estou alternando com a Psicóloga da equipe, eu estou no Espaço Bem-me-querô, e ela está em outra situação, no CEAPA, discutindo as ações para os agressores.